



HAL
open science

**A Monsanto no Brasil: discursos publicitários e
tecnocientíficos sobre os transgênicos. (Axe II,
Symposium 5)**

Marcos Reigota

► **To cite this version:**

Marcos Reigota. A Monsanto no Brasil: discursos publicitários e tecnocientíficos sobre os transgênicos. (Axe II, Symposium 5). Independências - Dependências - Interdependências, VI Congresso CEISAL 2010, Jun 2010, Toulouse, France. halshs-00514529

HAL Id: halshs-00514529

<https://shs.hal.science/halshs-00514529>

Submitted on 2 Sep 2010

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

A Monsanto no Brasil: Discursos publicitários e tecnológicos sobre os transgênicos(*)

Marcos Reigota

Programa de Pós-graduação em Educação

Universidade de Sorocaba

marcos.reigota@prof.uniso.br

marcos.reigota@pq.cnpq.br

Resumo: O trabalho aborda as estratégias e práticas discursivas da Monsanto no Brasil em relação aos transgênicos e é um dos resultados da pesquisa em realização “Discursos contemporâneos sobre a natureza e as suas relações com a educação ambiental” financiada pelo Cnpq- Conselho Nacional de Pesquisa Científica. O artigo é pautado em documentos publicitários difundidos pela Monsanto no Brasil e em artigos que mostram como que os transgênicos foram tema de controversos debates sociais, políticos e científicos, antes e depois da liberação da primeira safra de soja transgênica produzida clandestinamente no Brasil. Como questionamento é apresentado o papel da educação ambiental frente aos desafios trazidos pela tecnociência (transgênicos) numa sociedade em que a influência política dos meios de comunicação de massa e a carência de cultura escolar de grande parte da população são características marcantes.

Palavras-chave: Transgênicos. Monsanto. Brasil. Educação ambiental.

Nos anos 1990 foi intensa a atuação da Monsanto no Brasil para a comercialização das sementes transgênicas. No contexto internacional, a empresa atuou nos bastidores do Protocolo de Cartagena de Biossegurança, instrumento complementar a Convenção de Biodiversidade, que regulamenta os organismos geneticamente modificados.

Segundo Gilberto Sarfati¹, em geral, o resultado do Protocolo não atendeu plenamente os interesses das empresas, entre elas a Monsanto, “porque o

princípio da precaução foi utilizado amplamente e o escopo do protocolo incluiu organismos destinados à alimentação humana ou animal e aos seus processamentos, além de ter criado obrigações relativas à rotulagem e à notificação” (p. 118). O autor observa que:

O Brasil tinha uma posição de pouca vulnerabilidade, tanto no início quanto ao longo do processo de negociação de Cartagena. As baixas presença e importância econômica das EMNs (empresas multinacionais) do setor no país fizeram com que o Brasil formasse a sua posição independentemente de qualquer pressão das EMNs. (p.121).

(*) *Trabalho apresentado no VI Congresso do Conselho Europeu de Pesquisas Sociais Sobre a América Latina (CEISAL). Toulouse, 30.06 -03-07/2010. Esse texto é resultado de pesquisa em realização com bolsa de Produtividade Científica do Cnpq.*

No entanto o Brasil não ficaria imune a essa pressão e a Monsanto será a empresa, produtora de sementes transgênicas, que se destacará no país nos anos seguintes. A sua atuação mais conhecida se deu no Rio Grande do Sul onde encontrou resistência do articulado e pioneiro movimento ecologista existente no Estado (GUIMARÃES; NOAL, 2001).

A Monsanto encontrou também a resistência dos movimentos sociais ligados às reivindicações pela reforma agrária, à agroecologia e à produção agrícola voltada ao abastecimento da população local, que caracterizaram o debate agrícola gaúcho nas últimas décadas do século XX (ROS, 2006, MENASCHE, 2002, 2005): “A medida que se aproximava a época de plantio da safra de soja de 1999-2000, de lado a lado os ânimos acirravam-se, os argumentos transformando-se em desafio e ameaça” (MENASCHE, 2005, p.172).

Nesse confronto, ficaram também marcadas as posições dos partidos políticos e do governo gaúcho.

Em 02 de junho de 1999 foi realizada na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, seminário sobre os transgênicos que contou com a presença do conceituado geneticista da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor Flávio Legowy

Ao lado de suas atividades profissionais, o professor Lewgoy tem

intensa militância. Foi um dos fundadores em 1971, juntamente com José Lutzenberger, da AGAPAN- Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, uma das pioneiras e das mais conceituadas associações ambientalistas brasileiras.

Sua palestra foi posteriormente publicada na Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos” da Fundação Oswaldo Cruz , com o título “ A voz dos cientistas críticos”(LEWGOY, 2000). Nesse artigo o professor situa os cientistas entre os “triumfalistas” e os “críticos”. Os críticos , como ele, “defendem que a liberação para fins agrícolas e medicinais, em grande escala, de organismos geneticamente modificados e de seus produtos envolve riscos ambientais e de saúde” (LEWGOY, 2000, p.508).

Na segunda metade dos anos 1990, os transgênicos estiveram presentes de forma crescente na imprensa gaúcha, segundo o levantamento realizado por Renata Menasche, tendo como base “especialmente, mas não apenas, os dois principais jornais gaúchos, Zero Hora e Correio do Povo” (MENASCHE, 2000, p.247).

Segundo esse estudo, a primeira referência à Monsanto aparece em abril de 1998 e a notícia se refere ao 25^a aniversário da Embrapa, que nessa data assina acordo com a multinacional, acordo esse “ que possibilitará o plantio de uma variedade de soja geneticamente modificada” (MENASCHE, 2000, p.248).

As informações que se seguem sobre a Monsanto foram retiradas do referido estudo de Renata Menasche, quando o nome da empresa é nele explicitado:

Em abril de 1998, a Monsanto envia à CTNBio pedido de liberação do cultivo comercial da soja geneticamente modificada. Em maio de 1999, a empresa Monsoy, subsidiária da Monsanto, encaminha ao Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, órgão do Ministério da Agricultura, os pedidos de proteção e de registro de cinco variedades de soja geneticamente modificada. Em junho do mesmo ano, a Monsanto, planejando ofertar sementes para o plantio de até quatrocentos mil hectares, anuncia a estimativa de que o Brasil poderá, na safra que se prepara, colher cerca de um milhão de toneladas de soja geneticamente modificada. Em julho a

Monsanto entra com agravo regimental no TRF, pedindo suspensão da liminar que proibiu o cultivo e a comercialização da soja transgênica. O presidente do TRF, Plauto Afonso da Silva Ribeiro, rejeita o requerimento da Monsanto. Em agosto, a 6ª Vara Federal, de Brasília, confirma a sentença que suspende o plantio da soja transgênica no país até que seja apresentado o Eia-Rima. Confirmado o mérito da decisão liminar tomada em junho, tornam-se inviáveis os planos da Monsanto de vender legalmente sementes transgênicas para plantio em 1999. Em setembro, a nova presidente da CTNBio, Lelia Oda, declara que a população brasileira precisa ter mais informações sobre os transgênicos, apontando para a realização de audiências públicas, como o evento aberto que seria promovido durante o I Congresso brasileiro de Biossegurança, no final daquele mês. Esse congresso acabaria se tornando motivo de escândalo: Idec e Greenpeace entrariam com representação no Ministério Público Federal contra a CTNBio, acusada de conduta imoral por aceitar o patrocínio de empresas produtoras de sementes transgênicas- Novartis, AgrEvo, Dupont e Monsanto, para a realização do evento. Em janeiro de 2000 a Monsanto anuncia que construirá um laboratório de tecnologia em Minas Gerais e uma fábrica de herbicida em Camaçari, na Bahia: para a Fábrica, recebe 285 milhões de incentivos fiscais. Em Abril de 2000, A Monsanto, detentora da patente da soja transgênica resistente ao agrotóxico com o principio ativo glifosato, concede à Embrapa e à Organização das Cooperativas do Paraná o direito de uso científico e comercial do gene da planta. Juntas, as entidades representam 80% do mercado de sementes de soja do país (20% são da Monsanto). Em maio de 2000, em relatório entregue ao Departamento de Meio Ambiente britânico, a Monsanto admite que a semente da soja transgênica Roundup Ready contém dois fragmentos de genes imprevistos. Os

fragmentos foram encontrados em grãos de soja comercializados nos Estados Unidos e usados na Inglaterra como componentes de alimentos. Em 26 de junho, o juiz da 6ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, Antonio Souza Prudente, julgando a ação civil pública que trata de toda e qualquer espécie geneticamente modificada, profere sentença que obriga o governo a exigir a realização de Eia-Rima antes deliberar o plantio de alimentos geneticamente modificados no país. A decisão deu ganho de causa ao Idec, que havia ajuizado ação civil pública contra a União e a empresa Monsanto em 1998. O juiz considera inconstitucional parte do decreto do presidente Fernando Henrique, que permitia à CNTBio dispensar a exigência do estudo. No mesmo mês O Tribunal Regional Federal, em Brasília, reúne-se para julgar, em segunda instância, o recurso da Monsanto e da União contra a decisão judicial que proibia o plantio e a comercialização da soja transgênica Roundup Ready sem a realização de Eia-Rima. (MENASCHE, 2000, p.247-258)

Em fevereiro de 2000 a “Exame”, revista mensal voltada para temas econômicos, publicou a primeira publicidade da Monsanto que tivemos acesso e que será analisada, procurando desconstruir a naturalização das desigualdades no Brasil, propaladas pela mídia, principalmente a imprensa (SPINK;SPINK, 2005).

Com Peter Spink, consideramos as publicidades impressas como documentos de domínio público, que

refletem duas práticas discursivas: como gênero de circulação, como artefatos do sentido de tornar público, e como conteúdo, em relação à aquilo que está impresso em suas páginas. São produtos em tempo e componentes significativos do cotidiano;

complementam, completam e competem com a narrativa e a memória. Os documentos de domínio público, como registros, são documentos tornados públicos, sua intersubjetividade é produto da interação com um outro desconhecido, porém significativo e frequentemente coletivo. São documentos que estão à disposição, simultaneamente traços de ação social e a apropriação social. (SPINK,1999, p.126).

Na referida primeira publicidade localizada da Monsanto em uma revista de circulação nacional e dirigida aos leitores interessados em notícias econômicas estão incluídas, no alto da página, palavras como “biodiversidade” e “sustentabilidade”.

No centro da página estão dois desenhos: Um coelho com a legenda “população” e uma tartaruga com a legenda “oferta de alimentos”. O coelho e a tartaruga são separados pela frase “A corrida começou” (EXAME,2000,p.135).

Até aqui a publicidade opta por enfatizar um discurso de senso comum, pautado na teoria malthusiana e relaciona-la com preocupações ambientais, com a biodiversidade e sustentabilidade. A origem científica, histórica e geográfica do discurso malthusiano é bastante conhecida, assim como a sua influência no pensamento ambientalista conservador, principalmente o exportado dos EUA.

Logo abaixo dessa imagem com o coelho e a tartaruga e frase “ A corrida começou”, a publicidade traz o texto:

A população mundial cresce cerca de 230.000 pessoas todos os dias. A essa taxa, o mundo vai precisar dobrar a quantidade de alimentos a cada 50 anos. Mas não há terra suficiente para isso. Nós, da Monsanto estamos trabalhando com a biotecnologia, uma ferramenta valiosa no esforço de produzir mais alimentos. A biotecnologia já tem permitido aos agricultores aumentarem significativamente a produtividade de suas colheitas sem utilizar mais terras. E fazem isso de modo mais sustentável com menos inseticidas, menos

derivados de petróleo e de menor impacto ao meio ambiente. Em muitos casos a biotecnologia ainda está possibilitando produzir alimentos nutritivos.

Biotecnologia. É o caminho pelo qual a oferta de alimentos poderá atender, de forma mais nutritiva e sustentável, a crescente população mundial.


(EXAME,2000, p.135)


O texto acima reforça um discurso reconhecido de fácil aceitação junto a grupos escolarizados e com acesso a informação de rápido consumo, considerada confiável, ávidos por novidades tecnológicas que nos aproximem do “primeiro mundo” e crenes no inquestionável progresso da ciência, na sua neutralidade, assim como na ampliação de seus benefícios “a toda população”.

Parece claro que os textos e imagens da publicidade da Monsanto se dirigem ao grupo social que apresente algumas ou o conjunto dessas características.

A publicidade não emprega, em nenhum momento, a palavra transgênicos, ou qualquer outra que possa induzir a ela. Ao lado do seu símbolo, no canto direito da página e em destaque aparece o nome da empresa com a legenda “Alimento. Saúde. Esperança”.


Outro aspecto, não menos importante, é que a publicidade foi impressa em amarelo, tendo ao centro um quadrado verde claro. Seria coincidência ou sutileza utilizar e inverter o destaque das principais cores da bandeira brasileira?

[]



população

A CORRIDA COMEÇOU.



oferta de alimentos

CRANE - 18708 - Ano 34 - Nº 4 - Julho 2000 - Pg. 135

população mundial cresce em cerca de 230.000 pessoas todos os dias. Assim, o mundo vai precisar dobrar a quantidade de alimentos a cada dez anos. Mas não há terra suficiente para isso. Nós, da Monsanto, estamos trabalhando com a biotecnologia, uma ferramenta valiosa no mundo para produzir mais alimentos. A biotecnologia já tem permitido aos agricultores aumentarem significativamente a produtividade de suas terras sem utilizar mais terras. E fazemos isso de modo mais sustentável

com menos inseticidas, menos derivados de petróleo e menor impacto ao meio ambiente. Em muitos casos, a biotecnologia ainda está possibilitando produzir alimentos mais nutritivos. Biotecnologia. É o caminho pelo qual a oferta de alimentos poderá atender, de forma mais nutritiva e mais sustentável, a crescente população mundial. **MONSANTO** Alimentos • Saúde • Esperança™

No mesmo período em que o discurso da Monsanto se tornava publicamente mais conhecido e de abrangência nacional a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul publicou documentos sobre sua posição contrária aos transgênicos. Grandes cartazes com os símbolos de organismos oficiais, anunciando o Rio Grande do Sul como estado livre dos transgênicos, eram

visíveis nas principais cidades gaúchas.

Em 2002 conseguimos, com um professor secundário de uma escola pública gaúcha, um folheto, sem data, com o logotipo da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, que era distribuído à população com o título “ Transgênicos?”. O objetivo político e pedagógico da tentativa de responder a questão é evidente. No verso, em grandes letras, pode-se ler “transgênicos X soberania nacional”, abaixo encontra-se uma imagem que mescla, comprimidos e um pacote de 1kg de feijão, com a águia símbolo dos EUA e a indicação “venda sob prescrição méd..” (SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, sem data)

Na página seguinte há um resumo do discurso oficial com o texto:

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul adotou uma postura firme em relação aos alimentos geneticamente modificados (transgênicos). Quer o território gaúcho livre destes produtos. A origem do problema está na aprovação, em 1996, das leis de Proteção de Cultivares e de Patentes. Esta legislação transformou a produção de sementes numa atividade muito lucrativa, já que possibilita o patenteamento de uma determinada variedade. Evitar o monopólio de sementes pelas multinacionais, que compromete a soberania nacional e acaba com a autonomia do agricultor no uso da própria semente, se constitui no principal motivo da posição adotada pelo governo gaúcho. Além disso, existe um amplo mercado na Europa para os produtos convencionais. Uma das primeiras ações do governo foi a regulamentação da lei 9.453, de 10/12/91, através da publicação do decreto 39.314, de 03/03/99, que obriga quem faz experimentos com Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) informar à Secretaria da Agricultura e Abastecimento. A partir desta data as experiências com transgênicos

devem apresentar o Relatório e o Estudo de Impacto Ambiental.(SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, sem data)

O folheto explicita seis questões visando informar a população. Cada uma delas é respondida de forma clara e objetiva. Para a primeira questão “ O que o RS está fazendo para ser uma zona livre de transgênicos?” um trecho da resposta dada enfatiza que “ Toda a infra-estrutura do Estado para a fiscalização está sendo colocada à disposição”.

Para a segunda questão “Quais as vantagens de impedir os transgênicos?” a ênfase é dada na economia e na possibilidade de exportação da produção agrícola convencional, afirmando que “A resistência aos produtos transgênicos é muito forte na Europa, gerando um amplo mercado para a comercialização de nossos produtos a preços diferenciados”.

Para a questão “Quem ganha com os transgênicos?”, a ênfase acompanha o discurso de resistência aos impérios políticos e econômicos multinacionais reafirmando mais uma vez a soberania nacional apresentada inicialmente. Nesse caso a resposta dada é : “ As empresas multinacionais de sementes e venenos (herbicidas) são as maiores interessada. Monopolizam a venda dos produtos, agregando maior valor aos pesticidas e, dessa forma, ampliam cada vez mais os seus lucros”.

Na página seguinte, a soberania nacional volta a ser enfocada na resposta dada a pergunta “ Quem perde com os transgênicos?”, quando se enfatiza que perde, “o produtor, o meio ambiente, a economia e até a autonomia nacional(...) porque as multinacionais passam a dominar o mercado de sementes impondo seus preços, suas variedades, suas regras sem que o país possa intervir neste processo de dominação e imposição de culturas e produção de alimentos do seu povo”.

Temas relacionados com a produção científica e a participação da população são as questões seguintes. Para a questão “como orientar a pesquisa?” trechos da resposta dada reafirmam ideias que apóiam e relacionam ciência com progresso, desde “que esteja a serviço da vida, e não sob controle privado com vistas ao lucro “ e continua afirmando de que “O Estado apóia a pesquisa, porém em regime de contenção e sob o rigoroso controle público”.

Por último, na questão: “A população pode opinar?” a resposta é a de que “O tema no Rio Grande do Sul não está mais restrito aos fóruns técnicos. O governo vem realizando debates com toda a sociedade, consumidores, agricultores, estudantes e pesquisadores”.

Respondidas as questões, vem o “Alerta aos agricultores” chamando atenção para o fato de que “A produção comercial de Organismos Geneticamente Modificados é proibida em todo o País. O agricultor que plantar sementes transgênicas estará infringindo a lei e perderá toda a lavoura sem qualquer indenização do Estado” (SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, sem data).

O mundo, o "esta aí" é a economia, e até a a situação econômica. O agricultor não tem porque não fazer o completo da semente modificada e na agricultura das empresas multinacionais que controlam a produção de sementes, impõe muito amontoado, porque a produção de sementes e vegetais. Além disso, a presença de um organismo genético na cadeia alimentar e cadeia biológica e distar pouco de nós, pois se "resistor" a produção de produtos modificados, não sendo cultivos integrais, transgênicos, preferencialmente orgânicos e quando não possível, orgânicos. A sobrevivência nacional, porque as multinacionais possuem a tecnologia genética de sementes, impõe esse produto, não modificados, não se trata de um produto que se possa mudar neste processo de distribuição e produção de alimentos.

Como orientar a produção

O governo, quando é renovável, não pode ser a produção de alimentos e cadeia biológica e cadeia alimentar. A economia, apesar de muitos países se resistem a produzir produtos modificados, não sendo cultivos integrais, transgênicos, preferencialmente orgânicos e quando não possível, orgânicos. A sobrevivência nacional, porque as multinacionais possuem a tecnologia genética de sementes, impõe esse produto, não modificados, não se trata de um produto que se possa mudar neste processo de distribuição e produção de alimentos.

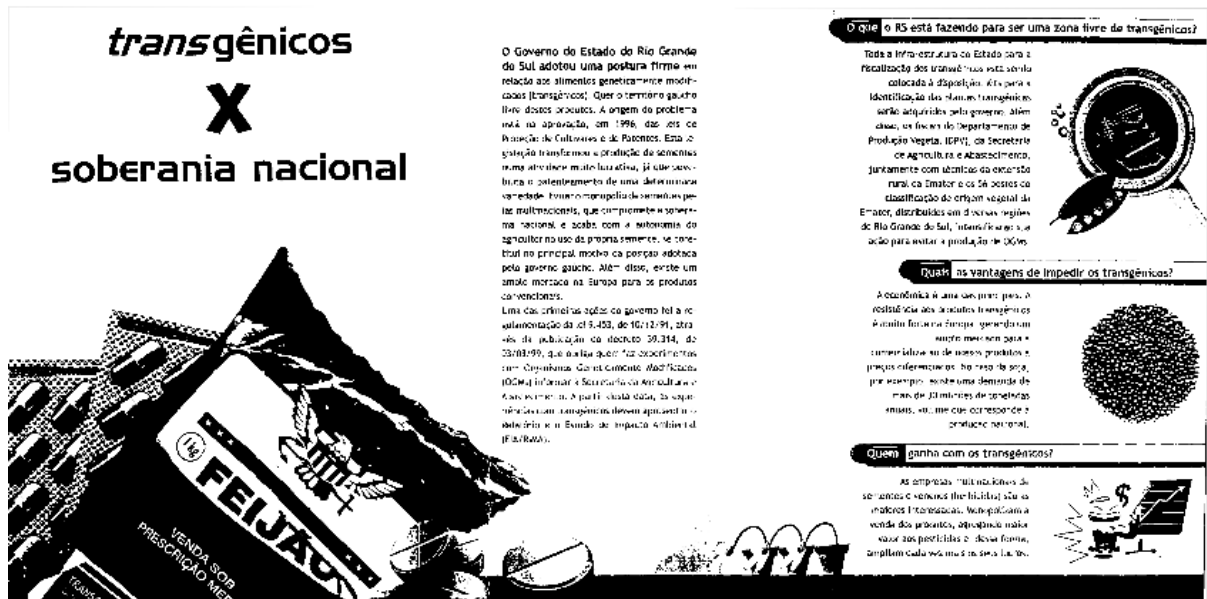
Como orientar a produção

O governo, quando é renovável, não pode ser a produção de alimentos e cadeia biológica e cadeia alimentar. A economia, apesar de muitos países se resistem a produzir produtos modificados, não sendo cultivos integrais, transgênicos, preferencialmente orgânicos e quando não possível, orgânicos. A sobrevivência nacional, porque as multinacionais possuem a tecnologia genética de sementes, impõe esse produto, não modificados, não se trata de um produto que se possa mudar neste processo de distribuição e produção de alimentos.

ALERTA AOS AGRICULTORES
A produção comercial de Organismos Geneticamente Modificados é proibida em todo o País. O agricultor que plantar sementes transgênicas estará infringindo a lei e perderá toda a lavoura sem qualquer indenização do Estado.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

transgênico



O alerta oficial, difundido pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, parece não ter chegado aos seus principais interessados.

Sementes de soja transgênica atravessavam clandestinamente a fronteira, vindas da Argentina, e segundo relatos de professores primários e secundários de escolas do interior gaúcho, as plantações eram de conhecimento de muita gente, e os agricultores encontravam meios de driblar as eventuais inspeções realizadas em suas propriedades. (REIGOTA; PRADO, 2008).

O debate sobre a soja transgênica havia ganhado o espaço público e os meios de comunicação muito contribuíram para que esse tema se tornasse assunto de conversas cotidianas. O temor e os riscos apresentados por alguns cientistas e militantes, parecia não encontrar respaldo em camadas da população de Porto Alegre (MENASCHE, 2006).

Não tardou para que a primeira safra de soja transgênica produzida no Rio Grande do Sul viesse à baila no início de 2003. O Estado já não era mais

governado pela Frente Popular, formada pelos partidos de esquerda sob liderança do PT e na presidência da República, agora estava Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 26 de março de 2003, o Presidente Lula assinou a Medida Provisória de número 113 que estabelece normas para a comercialização da safra de soja transgênica. Esse ato, segundo Sue Branford, foi um dos primeiros choques que afastou os militantes ambientalistas e históricos filiados do Partido dos Trabalhadores (BRANFORD, 2009, p. 159).

Para outros, a liberação da safra de soja transgênica, foi a primeira das derrotas históricas do movimento, de uma série que viria e marcaria o descompasso do governo Lula com a temática ambiental (REIGOTA, 2008b).

Os anos que se seguiram foram marcados pela intensa luta entre os cientistas, funcionários do Ministérios do Meio Ambiente e representantes da sociedade civil no seio da CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, envolvendo principalmente os pesquisadores, todos doutores, de renomadas universidades que participavam dessa comissão e se manifestavam francamente favorável aos transgênicos.

Entre os geneticistas da CTNBio que se opunham à aprovação das sementes transgênicas, sem que se fizessem mais estudos de impacto ambiental e enfatizavam o principio de precaução, encontrava-se o professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina, Rubens Onofre Nordari. Os principais jornais passaram a noticiar com frequência os embates ali travados e também as posteriores calmarias. A matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo em 01 de outubro de 2008, com o título “ Em 9 meses, CTNBio aprova sete licenças”, assinada pela jornalista Ligia Formenti inicia-se assim:

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) vive tempos de calma. Depois das reuniões tumultuadas, pontuadas pela visita de manifestantes e até mesmo policiais, o grupo conseguiu impor ritmo na avaliação de pedidos de pesquisa e comercialização de produtos geneticamente modificados. As estatísticas mostram a diferença: das 12 licenças para comercialização de transgênicos concedidas ao longo dos últimos dez anos, 7 ocorreram em 2008. (FORMENTI, 2008)

A notícia é saudada em editorial pelo O Estado de São Paulo, em 05 de outubro de 2008, com o título “ O resgate da CTNBio”, que enfatiza :

O colegiado interministerial, de que fazem parte também representantes da comunidade científica e de setores da sociedade, esteve perto de definir, dada a exasperação de diversos de seus membros com as manobras, pressões e até mesmo ameaças dos partidários do atraso, fanatizados por seu horror à moderna agroindústria e seu papel na economia globalizada- e decidido a vencer pelo cansaço (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2008).

Em outro trecho do mesmo editorial o discurso é semelhante e faz eco ao discurso da publicidade da Monsanto apresentada anteriormente, ao afirmar que :

A tendência é de expansão acelerada. Estima-se que a produção de espécies modificadas mais do que duplicará nos próximos oito anos, a ponto de cobrir 20% das terras aráveis do planeta. Em boa parte, porque, diante da crise alimentar, da questão energética e das mudanças ambientais, os transgênicos representam a única tecnologia disponível para elevar a produtividade agrícola sem maior consumo de energia e de defensivos químicos. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2008).

Em outubro de 2008 a revista “Pesquisa” da FAPESP, voltada para a difusão das pesquisas científicas em realização, nas principais universidades brasileiras e principalmente das que recebem financiamento da FAPESP, trouxe uma publicidade da empresa anunciando o Prêmio Agroambiental Monsanto.

A veiculação dessa publicidade, aliada a um prêmio aos pesquisadores,

indica a intenção de seduzir um dos principais grupos sociais do país, e convencê-lo, caso ainda fosse necessário, das oportunidades oferecidas pelos transgênicos e das boas intenções da empresa.

A Monsanto que até então se aproximava dos cientistas (possíveis adeptos dos transgênicos), de forma discreta, mas financeiramente generosa, ao oferecer o prêmio e anunciá-lo, num veículo publicado por uma agência de alto capital simbólico; lido e difundido pela elite escolarizada brasileira, atingia um possível e (aparentemente poderoso) último foco de resistência.

A referida publicidade traz a imagem de uma menina e de um menino, sorridentes, tendo ao fundo uma plantação de soja (transgênica?). As crianças se dão as mãos, e o movimento desse encontro, ou seja as linhas que os braços e mãos formam, são redesenhados no símbolo que acompanha a indicação “Sempre diga Sempre”.

O selo indicativo ao Prêmio Agroambiental Monsanto, é acompanhado da frase “Agricultura e meio ambiente para sempre.” O texto explicativo e que convida os pesquisadores a participarem é precedido pela frase, em destaque, “O Prêmio Agroambiental diz Sempre às tecnologias limpas”.

O texto reafirma o compromisso da empresa com o meio ambiente e as vantagens dos transgênicos, conforme o trecho abaixo:

A Monsanto é uma das pioneiras no desenvolvimento da biotecnologia, que pode contribuir para uma agricultura mais sustentável. Uma agricultura que se proponha a produzir alimentos, roupas e combustíveis, reduzindo o desmatamento, o consumo de água e de combustíveis, o uso de agrotóxicos e as emissões de CO₂. Questões fundamentais para o desenvolvimento sustentável do Brasil e vitais para o futuro do planeta. Os efeitos da biotecnologia podem ser encontrados em nossos produtos. Só para você ter uma idéia, a utilização da soja transgênica proporcionou uma redução estimada em aproximadamente 51 mil toneladas no uso de agrotóxicos no mundo e em 3, 16 toneladas no Brasil, nos últimos 10 anos. Outro

exemplo é o incentivo que a Monsanto sempre deu à adoção do plantio direto, um sistema de cultivo que traz várias vantagens ao meio ambiente, como: preservação de recursos hídricos, controle de erosão, economia de água e de combustível. Da mesma forma, o algodão geneticamente modificado Bollgard pode ajudar a reduzir o uso de inseticidas para o controle de algumas pragas. E tem muito mais, só que não cabe neste anúncio. Mas, com seu talento, cabe no futuro de nosso planeta. Acesse www.sempredigaseempre.com.br, saiba mais participe do Prêmio Agroambiental Monsanto. (PESQUISA, 2008)

A afirmativa da redução do uso de agrotóxicos no Brasil e no mundo, vem acompanhado da informação de que a fonte é o estudo “Lavouras GM: Os primeiros 10 anos- impactos sociais, econômicos e ambientais globais (2007), de autoria dos economistas Graham Brookes e Peter Barfoot, da consultoria inglesa PG Economics”. O discurso adocicado próximo da auto-ajuda (“Sempre diga Sempre”) e o tom de intimidade com o grupo a que se dirige (“só para você ter uma ideia...”) e de elogio sedutor, que revela conhecer as características psicológicas dos cientistas (“Mas, com o seu talento...”) procura eliminar qualquer possibilidade de crítica ou de questionamento. A publicidade toca também em questões econômicas e ambientais que são caras aos cientistas que manifestam preocupações para além dos limites de suas atividades profissionais. O apelo à foto das crianças sorridentes não deixa dúvidas quanto a isso.

Mas o tom adocicado e de intimidade, enfatizando preocupações sociais e ambientais da Monsanto, não consegue camuflar o tom autoritário e intimidador (“Sempre diga Sempre”).

A publicidade ameaça com a exclusão da boa vida (expulsão do paraíso?) que os transgênicos e a Monsanto têm, “com tantos esforços científicos”, procurado construir, àqueles e aquelas que se recusarem a concordar com seus argumentos.

Mais do que a expulsão do paraíso que a Monsanto considera estar

construindo a publicidade sugere que os contrários a esse discurso, são os verdadeiros vilões da história, que além de não se preocuparem com o meio ambiente, ainda querem tirar não só o alimento como também o sorriso das crianças.



∞
Sempre diga Sempre.

O Prêmio Agroambiental Monsanto diz Sempre às tecnologias limpas.

A Monsanto é uma das pioneiras no desenvolvimento da biotecnologia, que pode contribuir para uma agricultura mais sustentável. Uma agricultura que se propõe a produzir alimentos, roupas e biocombustíveis, reduzindo o desmatamento, o consumo de água e de combustíveis, o uso de agrotóxicos e as emissões de CO₂. Questões fundamentais para o desenvolvimento sustentável do Brasil e vitais para o futuro do planeta. Os efeitos da biotecnologia podem ser encontrados em nossos produtos. Só para você ter uma idéia, a utilização da soja transgênica proporcionou uma redução estimada em aproximadamente 51 mil toneladas no uso de agrotóxicos no mundo e em 3,16 toneladas no Brasil, nos últimos 10 anos*.

Outro exemplo é o incentivo que a Monsanto sempre deu à adoção do plantio direto, um sistema de cultivo que traz várias vantagens ao meio ambiente, como: preservação de recursos hídricos, controle da erosão, economia de água e de combustível. Da mesma forma, o algodão geneticamente modificado Bollgard® pode ajudar a reduzir o uso de inseticidas para o controle de algumas pragas. E tem muito mais, só que não cabe neste anúncio. Mas, com seu talento, cabe no futuro de nosso planeta. Acesse www.sempredigasempre.com.br, saiba mais e participe do Prêmio Agroambiental Monsanto.

*Fonte: "Lavouras GM: os primeiros 10 anos e impactos sociais, ambientais e empresariais globais" (2007), de autoria dos economistas Graham Bonker e Peter Barfoot, da consultoria inglesa PG Economics.



**PRÊMIO
AGR
AMBIENTAL
MONSANTO**



**MONSANTO
imagine™**

Agricultura e meio ambiente para sempre. www.sempredigasempre.com.br

Estudos sobre os riscos dos transgênicos indicam que o problema não foi superado, ao contrário dos discursos da Monsanto no Brasil, endossados pela mídia, por cientistas renomados e pelo governo federal. As controvérsias são muitas e as consequências políticas, sociais, ecológicas e pedagógicas da liberação dos transgênicos no Brasil estão longe de terem sido eliminadas. A derrota sofrida pelos ecologistas, quando o governo Lula autorizou a comercialização da soja transgênica produzida clandestinamente no Rio Grande do Sul, abriu precedentes e iniciou uma escalada de derrotas importantes que requer profundas análises. A estratégia utilizada pelos adversários do movimento ecologista, de utilizar argumentos científicos, anacrônicos e conservadores, para defender o que consideram como inevitáveis avanços tecnológicos e científicos (dos quais os transgênicos são uma das expressões mais conhecidas), acuou o argumento também científico, porém contemporâneo e ecologista, que se pauta na responsabilidade, precaução, ética e moratória da técnico-ciência de altos riscos. Os diferentes argumentos, assim como a vitória de uns sobre outros, leva o debate para os espaços da cultura, da educação e da política. Nesse sentido a questão que (nos) fazemos é: qual o papel da educação ambiental, como educação política, frente aos discursos sobre os transgênicos?

Referências bibliográficas:

BRANFORD, Sue. Brazil has the dream ended?, in LIEVESLEY, Geraldine; LUDLAM, Steve (eds). **Reclaiming Latin América: Experiments in Radical Social Democracy**. London/New York: Zed Books, 2009, p.153-169.

EXAME, A corrida começou. **Exame**. Edição 708. Ano 34. N.4, p.135, 23 de fevereiro de 2000.

FORMENTI, Ligia. Em 9 meses, CTNBio aprova sete licenças. **O Estado de São Paulo**, 01 de outubro de 2008. P. A20

GUIMARÃES, Leandro Belinaso; NOAL, Fernando de Oliveira. Movimiento ecologista en Rio Grando do Sul-Brasil: sus ideales educativos en la década de los setenta, **Tópicos en educación ambiental**. (3) 7, 2001, pp. 22-29

LEWGOY, Flávio. A voz dos cientistas críticos. **História, Ciências, Saúde- Manguinhos**, vol. 7. N.2, jul/out. 2000, pp. 503-508.

MENASCHE, Renata. Uma cronologia a partir de recortes de jornais. **História, Ciências, Saúde- Manguinhos**, v.7, n.2, ju/out 2000, pp. 247-258

MENASCHE, Renata. Legalidade, legitimidade e lavouras transgênicas clandestinas, in ALIMONDA, Hector (org) **Ecologia política: naturaleza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: Clacso, 2002, pp. 217-236.

MENASCHE, Renata. Os grãos da discórdia e o trabalho da mídia. **Opinião Pública**, v.11. n.1, 2005, pp.169-191

MENASCHE, Renata. Alimentos transgênicos, incerteza científica e percepções de risco: leigos com a palavra, **Antropolítica**, n.21, 2006, pp. 109-125.

O ESTADO DE SÃO PAULO, O resgate da CTNBio, **Editorial**, 05 de outubro de

2008, p. A3.

PESQUISA. Sempre diga sempre: O Prêmio Agroambiental Monsanto diz sempre às tecnologias limpas. **Pesquisa**. Outubro. N.152, contracapa, 2008.

REIGOTA, Marcos; PRADO, Barbara Heliodora, **Educação ambiental: Utopia e práxis**, São Paulo: Cortez, 2008

REIGOTA, Marcos. Cidadania e educação ambiental. **Psicologia e Sociedade**. V. 20, pp.61-69, 2008b

ROS, César Augusto da. As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002). **Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2006.

SARFATI, Gilberto. Os limites do poder das empresas multinacionais- O caso do Protocolo de Cartagena. **Ambiente & Sociedade**, v.11.n1. jan/jun. 2008, pp. 117-130.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Transgênicos? **Panfleto**, sem data.

SPINK, Mary Jane; SPINK, Peter (orgs), **Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: Uma semana de notícias nos jornais**, São Paulo: Cortez, 2005.

SPINK, Peter. Análise de documentos de domínio público, in SPINK , Mary Jane (org). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo, Cortez, 1999, pp. 123-152.

São Paulo, 26.04.2010

